ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

REQUERIMENTO Nº 559/2013

PROTOCOLADO SOB Nº 2958 /2013

EM 08 / 07 /2013

	ATA
ACEITO EM 10/07/2013	9032
APROVADO EM / /2013	
REJEITADO EM / /2013	

URGENTE

O Vereador abaixo assinado, após ouvida a Casa, na forma regimental, requer **Audiência Pública** a fim de tratar assuntos pertinentes aos **quiosques, floriculturas e trailers** no município.

Julio Cesar Pereira da Silva
Vereador do PMDB

Justificativa: tendo em vista a ação do Ministério Público em Pelotas (notícias em anexo).

VISTO

Presidente

18/04 Redator(a): Julia AlAlam 4341

Comissão acompanhará processo de regramento das áreas públicas

Prefeitura e ambulantes, principalmente das duas principais avenidas: Duque de Caxias e Bento Gonçalves, por meio de comissão composta também por vereadores, formatam agenda para encaminhamento do programa de requalificação dos espaços urbanos.



Durante reunião nesta quinta-feira (27/06/13), no Paço Municipal, o assessor especial do Programa Cidade bem cuidada, Paulo Morales, e a secretária de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, Joseane Almeida, se reuniram com uma comissão de vendedores ambulantes de lanches e de floriculturas, incluindo os instalados nas praias do Laranjal, para dirimir dúvidas acerca do processo judicial movido pelo Ministério Público contra a prefeitura e que pede a regularização do uso do solo público por terceiros.

Na oportunidade, Paulo Morales voltou a reiterar as declarações do prefeito Eduardo Leite – feitas durante encontro com os comerciantes no dia 5 de junho deste mês – de que a ação não trata especificamente sobre a padronização dos trêileres, mas sim sobre o uso irregular do espaço público, regramento já previsto na Constituição de 1988 e até agora não cumprido pelo Município.

Também reafirmou a disposição da prefeitura em solicitar ao judiciário, após a definição da sentença, um prazo para discutir com a categoria o projeto e o regramento do uso das áreas na cidade por este tipo de atividade comercial e que já é uma marca da cidade – o lanche. Todo o processo de regramento será feito conforme as normas técnicas da Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana (SGMU) e outras afins.

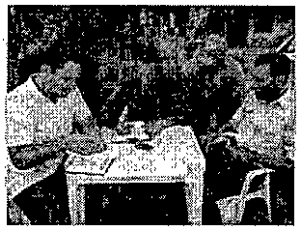
Ao comentar o destino que a atividade terá em Pelotas, Morales assegurou que os ambulantes, por intermédio da comissão, acompanharão todos os processos de regularização e de licitação para o serviço nas ruas e avenidas que serão requalificadas e transformadas em parques lineares. Devido à complexidade do projeto em elaboração pela SGMU, que envolve alterações também no trânsito, em pontos de táxi, acesso de pedestres e estacionamento, entre outras intervenções além da localização de trêileres e quiosques, a prefeitura ficou de apresentar um esboço do projeto aos interessados antes da sua aprovação final.

No encontro ficou definida nova reunião para o dia 29 de julho, às 14h, no salão nobre do Paço Municipal. A comissão também deliberou a criação de um canal de comunicação para denúncia e fiscalização dos trêileres que estão abandonados ou irregulares.

Participaram da reunião os vereadores José Sizenando (PPS), Marcos Ferreira (PT), Rafael Amaral (PP), Ricardo Santos (PDT), Tenente Bruno (PT), a superintendente de Uso e Ocupação de Solo da SGMU, Laura Lang Viana, e a procuradora da prefeitura Daniela Otto.

Vereadores vistoriam trailers e quiosques

No início da noite de ontem (31), os vereadores. Rafael Amaral (PP), Marcola (PT) e Ricardo Santos (PDT), membros da comissão para tratar do espaço urbano, estiveram no canteiro central da Avenida Bento Gonçalves. fiscalizando os estabelecimentos que ali se encontram.



Na vistoria, os parlamentares, através de ficha de cadastro, pegaram as devidas informações dos proprietários e das documentações dos trailers e quiosques. bem como a situação que esses se encontram. Dentre as reivindicações dos trabalhadores desses estabelecimentos, está a liberação do horário de funcionamento de cada meio. para que cada um defina o melhor tempo para abrir seu ponto.

Durante a fiscalização, os vereadores puderam constatar que existem muitos profissionais trabalhando diretamente nesses estabelecimentos, porém foi registrado pelos edis que alguns locais encontram-se fechados, sem funcionalidade. "Queremos ajustar as coisas para que todos fiquem satisfeitos em relação ao assunto. "Nosso trabalho é esse, fiscalizar para que as coisas ocorram dentro da normalidade e que não prejudiquem aqueles que tiram seu sustento através desses locais de trabalho, pois muitos desses possuem uma quantidade representativa de funcionários que também dependem do meio ", relata o vereador Rafael Amaral.

Cristiane Muller

assessora de imprensa vereador Rafael Amaral

Tweetar 0 Curtir Enviar Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.